



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Reunião do Conselho de Administração

ATA nº 20/2015 – Reunião Ordinária de 30 de Setembro de 2015.

No dia 30 de setembro de 2015, às 13h30, na Prefeitura da Estância Turística de Itú, localizada na cidade de Itú, Estado de São Paulo, na Avenida Itú 400 Anos, Bairro Itú Novo Centro.

Presença: Presentes os membros do Conselho de Administração, Sr^{as}. Aline da Silva, Célia Caetano, Luciana Willar, Mônica Reis, Silvia Carlini e o Sr. Antônio Sergio Soares. **A sra. Julia Girardi não esteve presente por motivo justificado.** Ainda presentes os membros do conselho Fiscal e os convidados Luiz Carlos Brenha (Superintendente) e Christiane Serralha (Assessora da Superintendência), conforme assinaturas constantes da presente.

Ordem do Dia - Deliberações:

- 1) Leitura da Ata 19/2015 do Conselho de Administração
A Ata 19/2015, de 09 de setembro do referido ano foi lida e homologada, por unanimidade, pelos membros do colegiado.
- 2) Leitura da Ata 10/2015 do Conselho Fiscal
A Ata 10/2015, de 26 de agosto do referido ano foi revisada pelos membros do Conselho, não havendo ressalvas.
- 3) Prestação de contas – Agosto/2015
O Superintendente apresentou ao conselho de Administração o Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Boletim de Caixa, Demonstração das Aplicações e Investimentos, Extrato da posição bancária e Extrato Mensal de Investimentos com enquadramento na Resolução 3.922, e com base nas análises efetuadas, o Conselho é de opinião unânime que os relatórios contábeis apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31/09/2015.
O patrimônio do Instituto na ocasião era de 128.409.258,59, que corresponde a uma evolução de 23,7% no ano.
- 4) Perícias Médicas
O Sr. Luiz Carlos apresentou aos conselheiros, a proposta do Gestor de Benefícios, Nelson Neto, em manter um café com bolachas aos servidores nos dias de realização de perícia. A sra. Célia sugeriu, ainda, que esse café seja mantido todos os dias, como diferencial de atendimento e acolhimento. A argumentação da sra. Célia foi bem aceita e aprovada por unanimidade.
- 5) Evento ABIPEM – 3º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS
Aos presentes foi lembrado que entre os dias 4 e 6/11/2015, ocorrerá em Brasília o 3º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS da ABIPEM. Todos os conselheiros confirmaram participação no evento, e as participações foram homologadas pelos Presidentes dos Conselhos de Administração e Fiscal.
- 6) Lei nº 13.135 de 17 de Junho de 2015
O Sr. Luiz Carlos informou aos conselheiros que a Medida Provisória nº 664 de 2014 foi convertida na Lei nº 13.135/2015, e, dentre as regulamentações está a tábua de idade para recebimento da pensão por morte:
 - a) 3 (três) anos para o cônjuge com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
 - b) 6 (seis) anos para o cônjuge entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
 - b) 10 (dez) anos para o cônjuge entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
 - d) 15 (quinze) anos para o cônjuge entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
 - e) 20 (vinte) anos para o cônjuge entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
 - f) vitalícia para o cônjuge com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.Após discussões, os conselhos decidiram, unanimemente, alterar o projeto de Lei do ITUPREV para seguir a mesma regra do RGPS.

Outro ponto discutido foi em relação ao período de afastamento (auxílio doença). No novo Projeto de Lei do ITUPREV foi mantida a proposta da MP, ou seja, determinava que os pagamentos dos afastamentos entre 15º e 30º dias, que antes eram pagos pelo RGPS / RPPS, seriam de



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

responsabilidade dos empregadores. Porém essa medida foi vetada. Com isso, os conselheiros, de maneira unânime, decidiram revogar a decisão e reestabelecer o que já acontece atualmente, ou seja, o empregador é responsável pelos 15 primeiros dias, e, a partir do 16º dia os encargos do afastamento passam a ser do RPPS.

Também foi colocado em pauta o tema Aposentadoria Especial para Guarda Municipal. O Sr. Luiz Carlos informou que, no Estado de São Paulo, já foram julgadas, como inconstitucionais, 3 ações de pedido de concessão para GCM, mesmo nos Municípios que tinham previsão da concessão na Lei local. Os conselheiros, por unanimidade, decidiram solicitar um parecer técnico para a Sanches Consultoria (empresa que realiza o projeto de alteração da Lei nº 1176/2011), para embasarem a decisão de modificação ou não da proposta de concessão.

Discussão sobre temas de interesse geral:

7) Posse APEPREM

Aos presentes foi informado que o evento de Posse da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal da APEPREM ocorrerá no dia 22/10/2015, no Espaço Santa Rita, em Itú. Mais detalhes serão repassados posteriormente aos conselheiros.

8) Audiência Pública na Câmara de Vereadores

Os conselheiros foram informados que no dia 25/09/2015, o Sr. Luiz Carlos realizou a prestação de contas do ITUPREV, referente ao 2º Quadrimestre/2015, na Câmara de Vereadores. Esclareceu ainda que foi questionado sobre o não repasse da Prefeitura pelos Vereadores e alguns ouvintes, mas esclareceu todas as indagações.

9) Cálculo Atuarial

O Sr. Luiz Carlos apresentou aos conselheiros as Avaliações Atuariais do RPPS, sendo uma realizada pela Caixa Econômica Federal e a outra empresa Vesting, esta contratada pela Prefeitura.

	CAIXA	VESTING
Déficit Atuarial	R\$ 145.594.924,18	R\$ 258.053.310,51
Custo normal	19,30%	15%
Alíquota suplementar 2015	5%	2%
Alíquota suplementar 2016	5,69% (aumento de 0,69%)	4% (aumento de 2%)
Alíquota suplementar 2017	6,38% (aumento de 0,69%)	7,77% (aumento de 3,7%)
Alíquota suplementar 2018	7,07% (aumento de 0,69%)	11,54% (aumento de 3,84%)
Alíquota suplementar 2019	7,76% (aumento de 0,69%)	15,32% (aumento de 3,78%)
Alíquota suplementar 2020	8,45% (aumento de 0,69%)	19,09% (aumento de 3,77%)
Alíquota suplementar 2021	9,14% (aumento de 0,69%)	22,86% (aumento de 3,77%)
Alíquota suplementar 2022	9,83% (aumento de 0,69%)	26,63% (aumento de 3,77%)
Alíquota suplementar 2023	10,52% (aumento de 0,69%)	30,40% (aumento de 3,77%)
Alíquota suplementar 2024	11,21% (aumento de 0,69%)	34,17% (aumento de 3,77%)
Alíquota suplementar 2025	11,90% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2026	12,59% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2027	13,28% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2028	13,97% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2029	14,66% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2030	15,35% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2031	16,04% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU - ITUPREV
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Alíquota suplementar 2032	16,73% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2033	17,42% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2034	18,11% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2035	18,80% (aumento de 0,69%)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2036	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2037	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2038	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2039	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2040	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2041	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2042	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2043	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)
Alíquota suplementar 2044	18,80% (sem aumento)	34,17% (sem aumento)

Os estudos serão avaliados pelos Srs. Luiz Carlos, Valfrido (Secretário de Finanças), assim como pelo Prefeito de Itu, Sr. Antônio Luiz ("Tuize"). E, após consenso, a proposta será apresentada ao Conselho de Administração para validação do estudo. Assim a Avaliação Atuarial final será assinada pelo Sr. Luiz Carlos, Sr. Antônio Sergio (Presidente do Conselho de Administração) e pelo Prefeito Municipal e passa a vigorar na ocasião.

Encerramento e Lavratura da Ata:

Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém querendo fazer uso da mesma, foram encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada, a qual após lida e aprovada, será assinada por todos os conselheiros presentes na próxima reunião, em 15/10/2015.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às 17h40.

Assinaturas:

Antônio Sergio Soares
Presidente

Aline da Silva
Vice Presidente

Sílvia Carlini
Secretária

Celia Caetano
Conselheira

Luciana Willar
Conselheira

Mônica Reis
Conselheira

Convidados:

Luiz Carlos Brenha
Superintendente

Christiane Serralha
Assessora da Superintendência